



O envelhecimento sócio-profissional entre saberes, afazeres e pareceres

TOMÁS, Licínio Manuel Vicente

Doutorado em sociologia

Universidade dos Açores

tomas@uac.pt

Resumo

A presente comunicação é uma reflexão sobre o estatuto e o lugar da idade na modernidade da vida activa e no quotidiano das vivências entre as gerações. A idade cronológica tornou-se um marcador social insuspeito nas diferentes formas de relacionamento e na atribuição de estatutos em sociedade. Particularmente claro na definição de regras de progressão no trabalho ou na transição e retirada da actividade, o valor da idade e da antiguidade no trabalho é hoje amplamente questionado. O desempenho activo em idades avançadas defronta-se, por um lado, com a modernidade tecnológica dos meios de trabalho e, por outro, com a redefinição estatutária da idade para o emprego. Mas os processos de envelhecimento sócio-profissionais são variados e estão sujeitos aos diferentes constrangimentos contextuais em que participam, nomeadamente, as políticas activas de emprego, as políticas sociais assim como as políticas de recrutamento empresarial, ambas incorporando representações sociais sobre os atributos da idade e da empregabilidade ao longo dos anos.

Há sectores artesanais, como o da pesca, com estruturas activas, teoricamente mais envelhecidas que denotam um lugar diferenciado da idade na partilha geracional do trabalho, dos saberes e afazeres. Apoiando-nos na confrontação de resultados que destacam tanto o entendimento e as manipulações mais usuais da idade declarada como os diferentes constrangimentos a que os diversos ambientes laborais expõem os trabalhadores, procuraremos trazer a debate a configuração do envelhecimento sócio-profissional seguida a partir de três vectores chave: os saberes, as atribuições funcionais e a aparência.

Palavras-chave: Envelhecimento, Idade, Gerações, Envelhecimento sócio-profissional





1. Entre Cronos e Dionísio: Da idade e do tempo do viver às gerações

As manifestações e sinais que o tempo deixa em nós são a expressão mais evidente de que vivemos e envelhecemos. Viver é, de facto, envelhecer. O que parece ser uma simples lei da vida é um dado complexo que se torna mais evidente ao longo da existência, no decorrer do tempo. Com toda a certeza, o tempo não é uma teoria ou uma ideia mas um dado inerente à existência (Prigogine, 1999). Ainda que o tempo nos pareça homogéneo, não o é nas suas implicações e percepção. As vivências sociais do tempo decompõem-se em diferentes durações, percebidas com desiguais ritmos e cadências¹. As diferenças temporais evidenciam-se, sobretudo, quer pelas suas distintas apropriações, quer em função dos usos pessoais e sociais que se verificam no preenchimento do tempo. O tempo real e o tempo vivencial coexistem ambos no tempo de vida dos indivíduos, dos grupos, das gerações e das sociedades, e isto, independentemente das apropriações e utilizações particulares que dele se faça. Muitos dos acontecimentos e situações por que passamos constituem marcos referenciais. As vivências, os acontecimentos e as mudanças de estado ou de estatuto permitem referenciar e pontuar o tempo de cada um, marcando a trajetória individual pelas fases da vida.

Os acontecimentos que mais marcam a nossa vida são aqueles que atestam mudanças de estado e de estatuto irreversíveis no sentido da nossa caminhada existencial. Segundo a sabedoria popular, existiria um tempo para tudo: para nascer, para crescer, para aprender, trabalhar, declinar e morrer. Tomando de empréstimo a expressão a Blöss (1994: 253-276), diríamos que o movimento cíclico que se expressa “do berço até à sepultura”, enquanto sucessão naturalmente ordenada de acontecimentos e actividades sociais, constitui o primeiro referencial a organizar as experiências vividas, mas oferece também a possibilidade de uma leitura do tempo através da própria forma como progressivamente se usa. A entrada na escola, a procura do primeiro emprego e a retirada da vida activa para aposentação, constituem acontecimentos que muitos partilham sensivelmente nas mesmas idades², e aproximam, por isso, gerações. Efectivamente, como observa Martin Kohli, o desenrolar da existência encontra-se cada vez mais enquadrado por balizas de idade cronológica e “uma cada vez maior proporção de indivíduos da mesma geração faz as mesmas coisas nas mesmas idades ou em idades muito próximas” (1986: 51-68). Ainda que fazendo anos ao mesmo tempo poder-se-á, obviamente, não se ser submetido aos mesmos acontecimentos na mesma altura. Contudo, dados os requisitos sociais que utilizam a idade para atribuir estatutos e obrigações, será, sem dúvida, em idades sensivelmente muito próximas. Assim, no referencial temporal, constituem-se como marcos de pontuação e de segmentação os acontecimentos individuais perante os inúmeros constrangimentos sociais que fazem do tempo de existência – à partida, particular em cada um de nós – um tempo comum a um conjunto de indivíduos, aproximando e definindo, deste ponto de vista, muito do que reconhecemos como geração e gerações.

Identificadas na partilha de um legado cultural comum, as gerações sucedem-se mas não se parecem, particularmente, em virtude das circunstâncias sócio-históricas que têm de enfrentar nas condições específicas das épocas que condicionam as suas escolhas. Serão estas condições que mais ditam as oportunidades de vida e que, num dado momento e numa dada conjuntura económica, configuram a oferta ou a escassez de trabalho e, logo, as diferentes oportunidades de vida das diferentes gerações. Na sua trajetória comum, as gerações defrontam condições semelhantes ao longo das idades e das fases de vida. A partilha destas condições de existência comum pode ser perspectivado como um dado inerente à idade e ao efeito de agregação geracional ou remetido para circunstâncias de motivação mais consistentes (Mannheim, 1990) Seja como for o simples facto de se pertencer à mesma idade coloca um número concreto de indivíduos posicionados de forma muito clara perante o tempo histórico.

Na reivindicação de um tempo com o seu reconhecimento próprio, as gerações de jovens, adultos e idosos correspondem a uma visão tripartida da existência geral, mas atestam também, em sentido mais lato, um certo entendimento das gerações definidas em função do lugar posicional e da expectativa de participação activa, educacional e de filiação: filhos, pais e avós. Se entendermos a geração como uma “comunidade de



destino³ a que pertence um conjunto de indivíduos nascidos no mesmo ano, ou que se encontram sensivelmente em idades muito próximas, e que, em virtude desse facto, partilham os mesmos acontecimentos e necessidades circunstanciais semelhantes (Attias-Donfut, 1988) tais como as necessidades de aprendizagem ou da procura activa de trabalho, torna-se mais fácil, subsequentemente, compreender que as conjunturas históricas imprimam um cunho próprio às oportunidades de aprendizagem, trabalho ou de repouso, moldando as vivências e as referências das diferentes gerações. O que não impede, contudo, que as gerações que partilham um determinado tempo histórico se vejam confrontadas com condições de vida muito distintas, visíveis na sua relação de subordinação salarial, mas também – e sobretudo – no acesso a formas prestigiadas de trabalho, de empregabilidade ou na propensão diferencial que manifestam para o auto-emprego⁴, mas também para poder reivindicar um tempo de repouso ou um tempo livre para si próprias. As gerações que se sucedem perante o trabalho sucedem-se também perante o incremento de novas formas de empregabilidade e de rentabilidade do trabalho, o qual muda com o tempo. O emprego é mais raro que o trabalho. O que as gerações mais novas parecem evidenciar não é uma maior capacidade de trabalho, mas sim uma maior propensão para competir pelo trabalho bem remunerado, pelo emprego qualificado e juridicamente enquadrado.

A cadência social que fixa idades limite para partilhar determinadas experiências e viver certos acontecimentos, acaba por estabelecer um calendário geracional, quer isto dizer que, em termos de calendário, os indivíduos são submetidos a acontecimentos cíclicos precisos, os quais acarretam, em grande parte, um sentimento de pertença a uma mesma geração, na encruzilhada das idades da vida. Segundo certos autores (Gauillier, 1999; Sullerot, 1986), se existem acontecimentos marcantes para delimitar as fases da existência, na sociedade pós-industrial, a obtenção do primeiro emprego e a cessação de actividade são, seguramente, os principais marcadores do ciclo existencial. Em suma, referem-se, genericamente, à entrada e à saída da vida activa. Entre as convenções sociais tecidas em redor da idade, a maioridade jurídica e a condição económica de activo são as mais relevantes. Não obstante, as idades constituírem uma componente estruturante, dotada de um forte impacto na organização social nas sociedades tradicionais, a definição de uma idade legal corresponde a uma necessidade social de se estabelecerem normas de uniformização da conduta em sociedade (Levet-Gautrat & Fontaine, 1987) que pode ser concebida, no plano mais geral, dentro do movimento de uma integração e partilha verificável também, acima de tudo, entre gerações (Bourdelaís, 1993). Correntemente, a idade legal para trabalhar, integra, hoje em dia, as definições de empregabilidade segundo padrões de aceitação ou de rejeição dos indivíduos na esfera laboral, que outrora não existiam, mas que reafirmam, no plano dos deveres e obrigações sociais, o estatuto diferenciado das gerações mais novas e mais velhas. Ainda que haja diferentes formas de definir as gerações, elas correspondem a uma segmentação da existência segundo padrões de vida colectivamente ritmada e socialmente organizada que conferem à idade a sua função de identificação geracional, comunitária e social. A idade sempre foi, neste sentido, um marcador social com bastante poder de impacto na segmentação da existência. Isto, verifica-se, porém, não em virtude do que a idade tem de cronológico mas sim do que ela tem socialmente de manipulável. A idade é, por isso também, uma referência identitária que nos liga ao tempo geracional e permite construir uma gramática pessoal de emprego do tempo perspectivado em função das diferentes atribuições sociais, em suma, uma referência fundamental na interpretação das temporalidades e expectativas de vida.

2. O lugar e o estatuto da idade avançada

A idade não implica a velhice, mas é o seu corolário lógico e funcional. Como o explicitou Maurice Halbwachs, para além de uma forma de medir os anos decorridos após o nascimento, a idade é um dado não natural e complexo, socialmente manipulado e manipulável, que encerra múltiplas dimensões e que, nas suas utilizações para atribuição de direitos e obrigações, tem um cunho “naturalizante” (Lenoir, 1979). Efectivamente, como sustentou Gauillier, “a idade nunca é, apesar do que nos querem fazer crer, um fenómeno puramente natural, nem mesmo a juventude e a velhice o são” (1982). A velhice não é uma categoria natural, mas uma categoria socialmente construída que retrata simultaneamente um estado e um



estatuto comuns a certos indivíduos. Ela é identificável no percurso das fases de vida, em virtude desses mesmos indivíduos se encontrarem numa situação análoga de dependência sócio-familiar e de retracção funcional, onde o critério de idade participa. Cremos que é precisamente na forma que estes factores proporcionam que a velhice assume configurações social e culturalmente distintas. O estatuto social desta fase de vida está relacionado com a forma como se lida com a velhice assim como com o teor do relacionamento e das expectativas que sobre ela recaem. Ambos os factores contribuem para a maneira como se configura e se encara este estado ou categoria social. Na exigência da métrica numérica que marca a contemporaneidade ocidental, são cada vez mais os números que nos identificam. O valor da idade, enquanto dado de registo civil, caracteriza particularmente a situação em que nos encontramos, ao longo da caminhada existencial, contribuindo para formar expectativas sobre o próprio estado funcional, psicológico, orgânico e mesmo social dos indivíduos. Nas exigências de individualização abstracta, que são defendidas no presente, a idade, como nenhum outro indicador numérico, atesta a nossa identidade numa sociedade em que esta se encontra reduzida a números. O número é, na ideologia da nossa época, entendido como um critério de identificação, mas também uma exigência de quantificação e de repartição que é invocada como um critério de justiça. Ora, os números são impessoais mas discriminantes. Assim, investida desta função, a idade aparece como um marcador social eficaz ao longo de toda a existência, tornando-se um quantificador quase universal do tempo vivido e um critério insuspeito de catalogação social. E, isto, não propriamente em termos do que a idade tem de cronológico, mas em virtude do uso de legitimação social na atribuição de direitos, deveres e estatutos, em suma, dos papéis sociais que se reconhecem à idade. É o uso social desta característica, enquanto critério de atribuição de estatutos sociais, que mais evidencia a sua vertente sócio-jurídica (Levet, 1998) e configura, em parte, o envelhecimento social.

A idade é, porém, *à priori*, algo que remete para a marcha imparável do tempo e, daí, ser também o registo pessoal que nos liga ao tempo universal no evoluir histórico, do mesmo modo que atesta um percurso e uma pertença geracional na sequência do colectivamente vivido e a que se liga um certo reconhecimento social dessa mesma pertença. Quando se pretende estabelecer a diferença entre grupos geracionais, as gerações de referência apontam, regra geral, para casos de protagonismo colectivo. Assim, se procuramos entre as gerações, em sentido corrente, que mais se distinguiram e que marcaram o seu tempo histórico, vemos que, estas, apresentam uma certa conotação social e elitista, tais como: as gerações em destaque no campo literário no final do século XIX (geração de 90); as que foram mobilizadas para a guerra, nos anos 60 do século XX, ou as que protagonizaram o Maio de 68 e a revolução de Abril de 74. Esquecemos, frequentemente, que as gerações representam uma certa estratificação convergente na distinção de hábitos, rotinas e preferências, constituindo também uma “comunidade cultural” que decorre, segundo Karl Mannheim, do simples facto de uma pertença comum a uma classe etária que permite posicionar os indivíduos no devir histórico (1990: 44) e, nesse sentido, a consciência geracional mediatiza a percepção do colectivamente vivido (Attias-Donfut, 1988).

O papel da idade na organização social é, assim o cremos, um dado preponderante e frequentemente esquecido. A sua importância, na análise, advém-lhe do facto de se tratar de uma realidade objectiva passível de ser medida pelo decurso dos anos vividos. Mas, para lá da dimensão cronológica, a idade é o elemento de base que encontramos na origem de certas classificações e na construção de determinadas categorias sociais (Lenoir, 1979). Como já referimos, em contextos de análise demográfica (Tomás, 2000), por detrás do conceito de idade, esconde-se uma realidade diferente daquela que simplesmente permite a construção das classes etárias dos demógrafos.

A estratificação em categorias de idade com papéis diferenciados é, ao que se sabe, um facto comum a muitas sociedades. Como qualquer outro tipo de estratificação, a segmentação em grupos de idade deverá ser socialmente reconhecida e validada. Cremos serem efectivamente as diferentes formas de lidar com a idade e as categorias de idade que, ao incorporarem diferentes expectativas e atribuições, conferem a essas mesmas categorias um lugar estrutural contrastado quer num determinado momento quer ao longo da existência.



Não obstante as variações entre culturas, a idade sempre permitiu o acesso a estatutos diferenciados ao longo da vida. Todavia a tradição cria-se ou reinventa-se. Mas é também pelo tipo de partição que as sociedades efectuam entre as idades da vida que estas mesmas sociedades se diferenciam nos seus elementos de funcionamento mais estruturantes (Mishara & Ridel, 1984). Numa sociedade onde o consumo e as relações de emprego ocupam um lugar de destaque, tudo leva a crer que a redefinição de estatutos, ligados à idade, não seja uma mera questão teórica mas um domínio onde se manifesta o poder de imposição de certas representações e de estereótipos sociais. Estes encontram-se condicionados pela disputa de lugares na estrutura económica e pelo acesso a cargos, pela relação com o trabalho remunerado e pela aposta nos saberes teóricos. A ideologia do presente assenta em valores que idolatram o futuro mais do que o passado, exaltando valores de tecnicismo e de inovação permanente em detrimento do saber construído ou “de experiência feita”. Foi uma certa ordem do mundo e, particularmente, a forma de organização da repartição social do trabalho juridicamente enquadrado que mudou. Ou seja, uma ordem do mundo assente no peso e estatuto do passado alterou-se a favor de uma fixação num futuro próximo e mais imediato.

3. As gerações no desfasamento dos pareceres

Independentemente dos gostos, consumos e preferências que, por uma presumível difusão global, tendem a ser mais ou menos generalizados na cultura ocidental, existem valores que marcaram as épocas, ora afastando ora aproximando as gerações. Porém, os valores sociais marcam qualquer época. Os valores de uma determinada época só são, na verdade, os valores desse tempo na medida em que existem realmente na prática do quotidiano. Nesse sentido, procurar apreender o lugar das categorias de idade, implica ser capaz de esclarecer os valores da actualidade. As atitudes reflectem, frequentemente, o conjunto de valores dominantes. Alterou-se a quotidianidade na sua forma ritual e perceptiva. Na voracidade do tempo fixamos o momento, o efémero e o perceptível do quotidiano das vivências. Nos novos rituais do quotidiano, tudo é consumível e a imagem do corpo não se consegue desvincular desses estereótipos e rituais. A imagem, em particular, mas também a forma de modelar o corpo, veicularam sempre uma submissão a regras sócio-culturais muito imperativas.

Assim, o que mudou prende-se, nomeadamente, com os cuidados a ter com o corpo numa sociedade eivada de um “higienismo” e “juvenilismo” sem precedentes e em que se aposta tudo no jogo social da aparência, sendo menos considerado aquele que ostentar os sinais da idade cronológica. A inevitabilidade do envelhecer contrasta com as atitudes e valores actuais que deixam perceber ser quase imperdoável aceitar o envelhecer do corpo ou da mente. Como sublinha Maffesoli, “o impacto da aparência, é perceptível em todas as situações da vida social” (1984:107)”. A forma de viver projecta-se, efectivamente, no parecer. Ora a aparência é, cada vez mais, uma forma de comunicar gostos, identidades e pertenças. Sabemos, no entanto, que as regras que regem a aparência são mais imperativas em determinados ambientes. Por conseguinte, a sua manipulação perante os outros manifesta-se sobretudo em certos contextos sócio-profissionais ou em determinadas posições sociais onde as regras da distinção social imperam. Mas é também por aqui que passa a relação entre indivíduo e sociedade, colocando-se-nos a questão do corpo e da aparência enquanto elementos que ganharam preponderância no jogo social. A importância atribuída à aparência e aos cuidados do corpo revela-se nos diferentes contextos de interacção social muito para além das questões de saúde, ainda que nem a saúde nem a doença dispensem a conformidade a papéis votados a uma interpretação, escolhas e acções socialmente sancionadas. O corpo entrou na esfera do consumo como um outro qualquer objecto vulgar (Featherstone, 1991) e sobre recaem numerosas expectativas quanto aos sinais de idade. A recusa ou o receio de envelhecer apresentam como consequência uma certa rejeição da velhice (Butler, 1975) mas também daqueles que evidenciam os sinais da idade.

As manipulações da idade implicam com os códigos da aparência, manifestando-se através do controlo dos sinais que o tempo deixa no corpo. A maior vulnerabilidade da idade avançada é, hoje, combatida com



longos receituários preventivos, num contexto que adopta por regra que “a melhor cura é a prevenção”. Ora, sabemos também que não se envelhece da mesma forma consoante a época ou o género ou consoante o trabalho, a profissão e a função social que se desempenha. Com efeito, quando comparamos as repostas sobre a idade dos activos mais velhos em termos da sua idade cronológica e aquela que se atribuem a si próprios ou a que consideram que os outros lhe atribuem, as diferenças manifestam-se denunciando regras interiorizadas no parecer ou no querer parecer. Para cerca de 62% dos indivíduos entrevistados, com mais de quarenta e cinco anos, a idade que se atribuem difere da idade real cerca de cinco anos. Em média, as mulheres atribuem-se menos 5,3 anos do que a idade que de facto têm e os homens menos 4,7 anos. No entanto, para os homens, verifica-se um ligeiro acréscimo da diferença com o avanço da idade e sobretudo a partir dos 50 anos (Tomás, 2003:483).

Quadro 1- Média dos desvios de idade identitária e atribuída por sexos, em cada escalão etário

<i>Classes etárias</i>	De 45 a 50 anos (n=305)			Mais de 50 anos (n=350)			
	Sexos	H	M	Total	H	M	Total
Desvios de idade declarada							
Idade que se atribuem		-4,03	-5,54	-4,75	-5,29	-5,07	-5,20
Idade que acham que os outros lhe dão		-3,02	-4,16	-3,67	-4,15	-4,46	-4,27
Média da Idade em cada grupo		47,20	46,99	47,10	57,93	56,94	57,53

Nesse sentido, não basta fazer anos, pois as diferentes vivências assim como os contextos sócio-profissionais marcam diferenciadamente os anos que fazemos, impondo maiores constrangimentos sobre o facto de envelhecer. Nos sectores tradicionais, onde ainda conta a experiência de trabalho acumulada, não se manifesta tanto o sentido de contrariar a idade ou de querer, intencionalmente rejuvenescer-se. Isto verifica-se, com particular incidência em certos ramos de actividade terciária (Tomás, 2003:487).

Quadro 2 - Média dos desvios de idade objectiva e atribuída por categoria sócio-profissional⁵

<i>Desvios de idade declarada</i>	Prof liberais	Pessoal serviços	Agricultor e pescas	Operários	Outros e Indifer.	Total
Idade que se atribuem	-6,52	-5,16	-3,63	-3,70	-4,75	-4,95
Idade que acham que os outros lhe dão	-4,92	-3,91	-2,94	-2,99	-4,21	-3,88
Média da Idade em cada grupo inquirido	50,79	50,67	55,43	50,46	56,12	51,70

Pela posição relativamente central que detém na nossa vida pessoal, o trabalho cumpre um papel activo no processo de envelhecimento social. Constituindo, deste modo, um forte marcador das expectativas de vida e de desempenho que recaem sobre os diferentes escalões etários, podendo aduzir-se, por via dele, um certo reconhecimento social dos mesmos. O trabalho e ainda mais o emprego prefiguram-se como factores que interferem na forma como envelhecemos socialmente. Assim, o que o quadro anterior mostra é, sobretudo, uma discrepância em função dos ambientes de trabalho, os quais apresentam maior ou menor coerção sobre o factor idade. Efectivamente, a conformidade a requisitos de empregabilidade baseada na aparência, assim como na sujeição a modelos de juvenilidade ou de dinamismo, é mais evidente nos profissionais liberais e no pessoal de escritório, contrastando com operários, agricultores ou pescadores. Neste últimos, os constrangimentos da idade atribuída são menos relevantes. Ao contrário dos serviços onde os requisitos exigidos privilegiam a admissão dos mais jovens por reunirem condições de maior adaptabilidade e versatilidade associadas a uma imagem mais dinâmica e em conformidade com os valores de jovialidade de que enferma a ideologia ocidental; valores que inevitavelmente se projectam na empregabilidade. Porém, a ideologia da empregabilidade actual, salienta apenas os requisitos de



funcionalidade e de tecnicismo, não reconhecendo, na maior parte das vezes, o valor da idade e da experiência que lhes estão, implicitamente, ligados. Mas o facto, é que à idade ainda está associada uma experiência adquirida, frequentemente reconhecida pelo grupo profissional e pela comunidade envolvente e, conseqüentemente, implicada na aquisição dos diferentes tipos de saberes. Acontece, porém, que se valorizam os saberes profissionais independentemente das idades.

No contraste profissional, confrontam-se, como sabemos, o valor e a natureza dos saberes. Mas, de acordo com a sua natureza, os saberes profissionais implicam distintamente com a idade e com o tempo de aquisição; factor relevante mas, frequentemente negligenciado e dissociado da idade. No processo de constituição do capital profissional (técnico ou teórico), a idade intervém, como uma condição de base, para a aquisição dos saberes que se expressam distintamente entre profissões e ramos de actividade.

Actualmente, equaciona-se sobretudo a questão da profissionalização dos saberes teóricos (Caria, 2001) e não tanto a constituição dos saberes práticos na sua relação com a idade e o tempo de vida. O tempo é, por defeito entendido como um factor de desactualização, reflectindo, por isso, a obsolescência dos saberes práticos e dos saberes adquiridos pela experiência que perdem legitimidade na nova ordem do emprego.

4. As gerações no desfasamento dos saberes e afazeres

A oposição entre saberes teóricos e saberes práticos esbate-se no desempenho activo, sendo certo que a valorização do saber teórico é um requisito mais generalizado na actualidade, tendendo a marcar sobretudo as gerações mais novas. Independentemente da forma de transmissão dos saberes, que caracterizam épocas e contextos sociais, fica-nos a ideia de uma maior disseminação tanto informativa como do saber teórico; constatação verificável, principalmente, nas camadas mais jovens. Ora, esta observação geral e simplista não indicia – como o pretende uma certa representação corrente – um saber mais especializado dos mais novos. O que é facto é que se preparam diferentemente os jovens para defrontar o mercado de trabalho.

Há um provérbio Judeu que refere explicitamente que apenas se podem legar duas coisas aos filhos: “as raízes e as asas”, isto é, uma cultura âncora de vida, numa certa tradição social, e a capacitação para conduzirem a sua própria existência. No entanto, o efeito geracional proclamava o seguinte slogan no Maio de 68, em ambiente universitário: “professores estais velhos e a vossa cultura também!”. Porém, a posterioridade não cortou as amarras com o legado cultural das gerações anteriores e quando tal se verificou ficou a dever-se, sobretudo, à instituição de novas regras de sobrevivência económica ditadas pelos imperativos de mercado perante a apetência consumista de tudo possuir. Enquanto os nossos avós orientavam a sua vida para o trabalho e para a acumulação de algumas poupanças, não estruturando o tempo segundo usos muito distintos e desconhecendo praticamente o lazer, a estruturação temporal apresenta, actualmente, uma métrica regulada em função do emprego enquadrado. Ainda que a ambiguidade da fruição seja função da produção de sentido em termos do valor de uso do tempo e dos objectos (Baudrillard, 1981), o que mais transparece, hoje em dia, entre as diferentes camadas sócio-profissionais é uma diversidade de usos do tempo liberto das coações do trabalho, em actividades de lazer, culturais e recreativas para além do necessário ao repouso.

Assim, se há uma diferenciação clara a estabelecer entre as gerações de mais velhos e de mais novos, essa reside, no geral, na forma como encaram o trabalho, como aplicam o saber e como usufruem do lazer (Fernandes, 2005). Quando comparamos modos de vida assentes em condições materiais de existência, onde a forma de subsistência intervém, a diferenciação no preenchimento do tempo livre e no usufruto do saber ou do lazer é evidente. Ora esta distinção deriva, num primeiro momento, da natureza do trabalho desenvolvido e do nível cultural e profissional atingidos.

As profissões mais envelhecidas, em termos de estrutura etária, são aquelas que já não conseguem captar as gerações mais novas. Quando afirmamos que a agricultura ou a pesca estão envelhecidas, tal não significa, necessariamente, que as actividades em si não se tenham renovado mas sim que elas fixam, de



forma diferenciada, uma base mais jovem de recrutamento. A pesca é o exemplo claro do que acabamos de dizer, e isto, quer em virtude do elevado risco quer da fraca rentabilidade do trabalho individual.

Mas é sobretudo nas camadas mais jovens que existe a noção de que para a pesca, para a agricultura ou para a construção civil não é necessária qualquer qualificação. Apesar da falsidade desta representação, o que poderemos concluir é que ela pesa no resultado da concentração da mão-de-obra mais jovem e disponível para trabalhar nessas actividades.

Diferente de outros ramos económicos, a actividade piscatória apresenta uma distribuição etária com médias de entrada e de saída da actividade que dão conta de um período de exercício activo mais longo. No conjunto das gerações de entrevistados, começou-se a trabalhar, em média, aos 13,6 anos de idade (Tomás e Medeiros, 2006: 83). Se tivermos em conta que, no geral dos activos, a entrada se dá por volta dos 15 ou 16 anos, a idade de início de actividade no sector piscatório, nomeadamente no arquipélago dos Açores, revela-se muito precoce, para as diferentes gerações em laboração. Mais significativa ainda se torna a idade muito jovem no recrutamento se consideramos que nas diferentes gerações que hoje se encontram em laboração, 72% dos profissionais da pesca ingressaram antes de completarem os 14 anos.

Quadro 3 – Idade que tinha quando começou a trabalhar na pesca ou nas lides do mar

<i>Idades</i>	% (n=236)	S/ n/ resp.	% Acum.
Menos de 12 anos	17,4	18,0	18,0
12 anos	11,5	11,9	30,0
13 anos	13,6	14,1	44,1
14 anos	27,5	28,5	72,6
15 anos	13,9	14,4	87,0
16 anos	3,8	3,9	91,0
De 17 a 20 anos	5,2	5,4	96,4
21 e mais Anos	3,5	3,6	100,0
Sem resposta	3,5	-	-
Total	100	-	-

Talvez iniciada, na maior parte dos casos, porque se acompanhava o pai ou um familiar na faina do mar, a pesca requeria destreza e experiência. Na actualidade, as normas de trabalho a bordo das embarcações conjugadas com as qualificações requeridas para a navegação originaram a necessidade de um saber teórico e técnico mais especializado, enquanto que o peso e o valor da experiência regrediram. Hoje em dia, os mais jovens nem sempre são formados pelo trabalho e pela tradição. As restrições ao trabalho infantil conjugado com o aumento da escolaridade e a obrigatoriedade de frequência da escola não permitem que possam acompanhar os adultos embarcados. Mas, como também raramente possuem formação específica para as tarefas do mar adquiridas por outras vias, os jovens encontram alguma dificuldade em se inserirem nas lides das companhias. Actualmente, as primeiras experiências de trabalho permitem tomar consciência da necessidade de qualificação para o desempenho activo neste meio inóspito que é o mar. A necessidade de formação pessoal vai de encontro à preocupação política de modernizar o sector e, deste modo, reenviam-se, frequentemente, os mais jovens para cursos de formação, apoiados pelo Governo Regional ou pelos programas de iniciativa comunitária europeia. A reconversão da frota piscatória está em curso tal como as restrições de acesso a certos pesqueiros de acordo com normas padronizadas, emitidas a nível europeu e internacional. Em ambos os casos, o saber necessário para lidar com a administração pública e com as regras comunitárias foi mais disseminado entre os pescadores-armadores mais jovens e, em contrapartida, os mais velhos aceitaram mais frequentemente o abate ou a reconversão pela via associativa desta profissão.



Certo é que a profissão, na sua estrutura de emprego por idades, acusa o peso dos mais velhos, mas não tanto como seria de esperar quando se estabelece a comparação com os sectores mais tradicionais e com profissões mais masculinizadas, em termos globais. Duas ordens de razões contribuem para tal: o facto de se tratar de uma das regiões mais jovens do país⁶ e o esforço de reconversão desenvolvido neste sector com vista à modernização do mesmo.

Quadro 4 -Estrutura dos activos empregados, por grupos de idade, em Portugal e na actividade da pesca na Região Açores, em 2001

<i>Idades</i>	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55 e +	TOTAL
Estrutura de activos no País									
HM	14,6	14,4	13,5	13,4	12,3	10,9	9,1	11,6	100,0
H	14,6	13,7	13,0	13,0	12,1	11,1	9,6	12,9	100,0
Estrutura de activos na Região Autónoma dos Açores									
HM	18,0	15,5	14,4	14,6	12,8	10,2	6,9	7,7	100,0
H	18,7	14,2	13,8	14,0	12,8	10,6	7,3	8,6	100,0
Estrutura de activos da pesca na Região Autónoma dos Açores									
Qualificados	20,9	14,4	13,6	12,9	12,1	9,9	7,3	8,9	100,0
Total	17,1	15,3	14,3	10,7	12,3	8,8	7,9	13,6	100,0

Fonte: INE e SREA, Censos de 2001

O resultado é um tanto paradoxal porque as pescas ainda fixam, na Região Açores, mais de 17% de activos com menos de 25 anos⁷. Todavia, esta faixa populacional de activos tem maior peso relativo se atendermos aos activos qualificados Assim, são significativos os valores entre os activos mais jovens, com qualificações específicas: representam mais de um quinto do conjunto e contrastam com os pescadores de idade mais avançada nos quais os qualificados representam apenas cerca de 9% do total.

Profissão de elevado risco e pouco atractiva, em termos de contrapartidas, desenvolvida num meio adverso, a pesca é uma actividade que tira do mar o seu sustento. Sempre assim foi. No entanto, a divergente relação que as diferentes gerações têm com o mar é uma nota clara do quanto ele se diversificou nas suas formas de entendimento e de uso. Manifestações de uso do tempo que são, em grande parte, o resultado da erupção dos lazeres e das actividades de recreio, mas também do facto de o considerar um recurso natural. Porque o tempo não passa por todos da mesma forma e dado que não é o mesmo consoante o uso social, profissional e relacional com o trabalho, fixamos uma actividade profissional bastante emblemática tanto na sua inserção sócio-económica como no pendor tradicional que apresenta. Na faina do mar, o lugar da idade, perspectivada no processo de envelhecimento profissional, parece evidenciar ainda o estatuto reservado à experiência acumulada, ao longo do tempo. Ela garante tanto o sustento económico da própria actividade como salienta a perícia que se desenvolveu para a captura e para a detecção do pescado.

Neste ambiente de trabalho, que pressupõe a cooperação voluntária e estratégica, a experiência ainda se orienta pelos saberes herdados do passado mas já não dispensa as tecnologias de ponta. A profissão balança, actualmente, entre o pendor de uma prática artesanal e as exigências de rentabilidade mercadológica que ditam os ganhos do exercício profissional (Tomás e Medeiros, 2006: 127 e segs.). Saberes e idades são postos à prova numa actividade que se encontra, particularmente nos dias de hoje, em redefinição quer do ponto de vista das suas regras quer do ponto de vista da sua viabilidade na sobrevivência profissional. Os saberes do passado integraram as sucessivas gerações, mas actualmente não constituem, por si só, condições essenciais de desempenho profissional. O saber teórico adquirido que antecede o desempenho activo e aquele que advém directamente da experiência conciliam-se no processo de formação e de trabalho ao longo de todas as idades. Ainda é detectável uma certa divisão do trabalho



segundo a idade, com reflexos evidentes quer nas funções desempenhadas quer nas posições distintamente alcançadas pelas diferentes gerações.

5. Conclusão: A conjugação das idades da vida no entrelace geracional.

A veneração da idade nunca foi nem é feita independentemente dos contextos sociais de pertença e de referência. Só tendo em conta cada um dos contextos dignificantes face à idade se pode dizer que nalguns deles existia um direito estatutário a que o avançar dos anos dava acesso. As idades mais velhas eram uma referência, impondo-se enquanto modelo de conduta quando não eram rejeitadas e marginalizadas. Ponderado no seu contexto sócio-profissional, hoje o valor da idade, só pode corroborar a observação já datada de Max Weber, para quem “A estima pelos anciãos conserva-se onde importa o valor útil e objectivo da experiência ou o poder subjectivo da tradição” (1999: 195). No entanto, a tradição encontra-se hoje algo desgastada e pouco seguida. No mundo da moderna economia global do conhecimento, sempre renovado, a tradição marca menos as nossas trajectórias pessoais e sociais, embora ela seja, por vezes, reinventada para legitimar a autenticidade de produtos, serviços e de certas identidades. Foi toda uma estrutura de reconhecimento e de relacionamento que se alterou projectando-a, actualmente, nas condicionantes do processo de envelhecimento social. Perdendo-se ou diluindo-se a força de imposição de certos valores que configuravam, outrora, um certo lugar posicional que estaria reservado à idade no domínio do trabalho, o lugar da idade não poderia permanecer o mesmo.

Neste sentido, independentemente da perspectiva de abordagem, são muitas e variadas as configurações temporais e a forma de dar conta do envelhecimento. O envelhecimento perspectivado em função das relações entre gerações ainda está por fazer. Reconhecendo-se que as gerações balançam entre “comunidades de destino” – sujeitas a constrangimentos históricos diferenciais e a contextos conjunturais muito distintos – e categorias de pertença em função da proximidade do nascimento, coube-nos trazer a debate o papel da idade e dos saberes no diálogo geracional que ainda não se iniciou ou se apresenta redefinido segundo os parâmetros do tempo presente, isto é, da era tecnológica e da sociedade da informação massificada. Cremos ser na partilha do tempo útil, particularmente, e na possibilidade de resgate de um tempo de vida, para si, de utilização livre, que as diferentes classes sociais, grupos e gerações se vêem distintamente consideradas e contempladas quanto ao usufruto do dito “tempo livre”, mas mais ainda na forma como utilizam o tempo a seu bel-prazer⁸. Se a partilha do trabalho e do emprego é a norma entre gerações, já a partilha dos saberes é, sobretudo, mantida e preservada entre categorias profissionais que, por princípio e definição, tendem a proteger os seus saberes.

Assim, perspectivados em função da idade, os pareceres discriminam gerações e impõem qualificações, mais evidentes em certos contextos técnicos ou sociais de trabalho. Ora, as transformações que ocorreram na esfera laboral – quer na divisão e partilha social do trabalho quer na sua própria natureza – tiveram implicações consideráveis tanto ao nível do viver e do parecer como na forma de entender a idade. Porém, cremos que a relação é ambígua e difícil de apreender. No plano macrosociológico de análise, os valores inerentes a uma cultura pós-industrial não se esgotam, de modo algum, nas expectativas de actividade individual ou de funcionalidade social a qual se acredita, comumente, ser dedutível de uma leitura da idade na sua inscrição nos sinais do corpo. Apesar da mescla valorativa parece ser consensual que a redefinição atinge tanto o valor da idade como o valor do trabalho e em consequência disso, alteraram profundamente os nossos modos de vida e concepções. No entanto, a relação com o trabalho juridicamente enquadrado e a idade, consideradas em conjunto, esclarecem muitas das alterações verificadas, relativas quer ao posicionamento quer ao relacionamento entre as diferentes gerações.

**Bibliografia**

- Attias-Donfus, Claudine (1988), *Sociologie des Générations. L'empreinte du temps*, Paris. P. U. F.
- Blöss, Thierry (1994), "Une jeunesse sur mesure. La politique des âges", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XCVII.
- Baudrillard, Jean (1981), *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, edições 70.
- Bourdelaís, Patrice (1993), *L'âge de la vieillesse*, Paris, Editions Odile Jacob.
- Butler, Robert R. N. (1975), *Being Old in America*, New York, Harper & Row.
- Caria, Telmo (2001), "A universidade e a recontextualização profissional do conhecimento abstracto- Hipóteses de investigação e acção política", *Cadernos de Ciências Sociais*, n.ºs. 21-22.
- Featherstone, Mike (1991), "The body in Consumer Culture", in Mike Featherstone, Mike Hepworth e Bryan Turner, *The Body. Social Process and Cultural Theory*, London, Sage, pp. 170-196.
- Fernandes, A. Teixeira (2005), "Processos e estratégias de envelhecimento", *Sociologia*, n.º 15, Porto, pp. 223-247.
- Gaullier, Xavier (1982), *L'avenir à reculons. Chômage et retraite*, Paris, Éditions Ouvrières.
- Gaullier, Xavier (1999), *les temps de la vie*, Paris, Éditions Esprits.
- Kohli, Martin (1986), "Les phases de la vie" in Evelyne Sullerot, *L'âge de travailler*, Paris, Fayard, pp. 51-68.
- Lenoir, Rémi, (1979), "L'invention du 'troisième âge' et la constitution du champs des agents de gestion de la vieillesse", *Actes de la recherche en Science Sociales*, n.ºs. 26-27, pp. 57-82.
- Levet, Maximilienne (1998), *Viver depois dos 60 anos*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Levet-Gautrat & Fontaine, Anne (1987), *Gérontologie Sociale*, Paris, P. U. F.
- Maffesoli, Michel (1984), *A conquista do presente*, Rio de Janeiro, Rocco.
- Mishara, Brian & Ridel, Robert (1984), *Le vieillissement*, Paris, P. U. F.
- Mannheim, Karl (1990), *Le problème des générations*, Paris Nathan.
- Prigogine, Ilya (1999), *O nascimento do tempo*, Lisboa, Edições 70.
- Sullerot, Evelyne (1986), *L'âge de travailler*, Paris, Fayard.
- Tomás, Licínio M. Vicente (2000), "Demografia da população activa e redefinição das idades da vida face ao emprego", *I Congresso Português de Demografia*, Grândola, Dactiloscopiado.
- Tomás, Licínio M. Vicente (2003), *Novos Velhos. Idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Tomás, Licínio M. V. e Medeiros, Octávio H. R. de (2006), *Suor de sal e de mar. A profissão de pescador na era da globalização*, Edição do CES-UA, Ponta Delgada.
- Weber, Max (1999), *Economia e sociedade*, Vol. II, São Paulo, Editora UnB.

¹ O tempo não é uma ideia ou uma teoria, mas sim um dado que atesta a existência de algo e não constitui, em virtude desse facto, uma mera categoria de reconhecimento ou uma simples dimensão analítica. Independentemente de tudo quanto até ao momento se teorizou sobre esta realidade, encontramos-nos ainda muito limitados na nossa percepção do tempo entre a fixação da sequência ou da descontinuidade, entre a evolução e a ruptura que o permite apreender. Nesse sentido, as vivências do tempo, também podem servir para o individualizar e reconhecer, ou melhora ainda, permitem individualizarem-se as durações e as temporalidades balizadas por acontecimentos vividos, dotados de significado pessoal ou colectivo. Será, pois, esta a nossa principal preocupação.

² Referimo-nos a “acontecimentos” no preciso sentido do calendário demográfico, isto é, tomando o próprio conceito e entendimento da análise demográfica.

³ Expressão herdada de Martin Heidegger e retomada, posteriormente, por vários autores que se debruçaram sobre a conceptualização das gerações, entre os quais se contam Georges Lapassade, Karl Mannheim e Claudine Attias-Donfus.

⁴ Tanto as actividades empresariais, em nome individual, como o trabalho independente ou por conta própria são consideradas formas de auto-emprego.

⁵ Resultados de um estudo junto de 655 activos, com mais de 45 anos de idade, entrevistados em quatro distritos diferentes.

⁶ Isto é, com uma estrutura etária não tão envelhecida quanto o conjunto nacional. Como se sabe, o envelhecimento demográfico é uma forma e uma fórmula que só tem validade comparativa e não absoluta.

⁷ O conceito de envelhecimento demográfico, perspectivado nas estruturas por idades, só tem significado e alcance comparativo. Nas estruturas de activos, que aqui apresentamos, este facto merece ser relevado, pois só no confronto entre elas se poderá perceber quais as que apresentam maior distorção relativa.

⁸ O tempo dificilmente será verdadeiramente livre mesmo quando existe a possibilidade de ser livremente gerido, em virtude das múltiplas exigências e atribuições de tarefas obrigatórias.